



Cabecinhas, R.; Lima, M.E.O. & Chaves, A.M. (2006) 'Identities nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história, in Miranda, J. & João, M. I. (Eds.) (2006) *Identities Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92.

Identities nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações da história

Rosa Cabecinhas, Universidade do Minho, Portugal
Marcus E. O. Lima, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Antônio M. Chaves, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Resumo:

O modo como os grupos nacionais representam a sua história é fundamental na definição da sua própria identidade. As representações do passado determinam a forma como cada grupo se posiciona no presente e as suas estratégias para o futuro. Nesta comunicação examinamos os resultados de um inquérito realizado junto de jovens em dois países, cuja história é marcada por uma longa relação de interdependência: Portugal e Brasil. Em cada país, analisámos as representações dos jovens sobre a história da humanidade, em geral, e a história nacional do respectivo país, em particular. Investigámos as representações hegemónicas e polémicas sobre a história, o papel da identidade social e as emoções associadas aos acontecimentos e às personalidades considerados mais marcantes.

Tal como nas pesquisas realizadas noutros países, os nossos resultados demonstram um forte eurocentrismo e androcentrismo nas representações partilhadas da história da humanidade. Os acontecimentos considerados mais marcantes, tanto por brasileiros como por portugueses, estão relacionados com guerras e com a dominância dos países ocidentais.

Na análise dos dados, demos especial relevo às representações dos brasileiros e dos portugueses sobre os descobrimentos, o colonialismo e a descolonização. Para os jovens portugueses, os descobrimentos portugueses surgem como o quarto acontecimento mais importante na história da humanidade e diversos estadistas e navegadores portugueses aparecem entre as personalidades mais marcantes. Estes jovens consideram que os descobrimentos tiveram um impacto positivo para toda a humanidade, associando-lhes emoções positivas: orgulho, admiração e felicidade.

Em contrapartida, para os jovens brasileiros, ainda que os descobrimentos estejam entre os acontecimentos mais importantes da história da humanidade, o seu impacto na história afigura-se como muito mais polémico, sobretudo no contexto da história do Brasil. Muitos jovens brasileiros associam emoções fortemente negativas a estes acontecimentos: revolta, indignação, vergonha. Estes sentimentos sobre o passado são acompanhados por uma forte identificação étnica, o que se reflecte igualmente na evocação dos heróis da nação.

Palavras-chave: identidade social; memória social; representações sociais

INTRODUÇÃO

Identidade social, representações sociais e memória

A forma como os grupos nacionais representam a história é fundamental na construção da sua própria identidade, sendo este um processo comparativo, já que a história de cada grupo depende das relações estabelecidas com outros grupos. O modo como cada grupo interpreta o seu passado determina a forma como se posiciona no presente e as suas estratégias para o futuro. Essas estratégias definem não só as relações dentro do grupo como as relações com os outros grupos, numa dinâmica onde, conforme o momento histórico, pode prevalecer a estabilidade ou a mudança, a resistência ou a adaptação, a preservação das fronteiras, a sua diluição ou a demarcação de novas.

Como salientou Henri Tajfel, os grupos não existem num *vazio* social: “um grupo não é uma ilha da mesma maneira que um indivíduo também não é uma ilha” (1982: 24). Assim, as consequências psicológicas da pertença a um grupo estão directamente ligadas à inserção desse grupo numa determinada estrutura de relações intergrupais. Na acepção de Tajfel, a “identidade social de um indivíduo está ligada ao reconhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e ao significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença” (1972: 292).

Na compreensão das dinâmicas identitárias é necessário ter em conta que cada indivíduo pertence simultaneamente a vários grupos (por exemplo, português ou brasileiro, homem ou mulher, criança ou adulto, etc.), sendo que a saliência das diversas pertenças grupais depende do contexto (Codol, 1982) e das posições relativas dos grupos numa dada estrutura social (Deschamps, 1982).

No seio da Psicologia Social, a teoria das representações sociais (Moscovici, 1984) contribuiu para o reconhecimento da importância dos processos comunicativos, mediáticos e informais, na forma como determinado grupo constrói a realidade. Tal contributo conduziu a um novo olhar sobre a forma de conceber a relação entre o indivíduo e a sociedade.

As representações sociais são conceptualizadas como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo. As representações sociais constituem a forma como os indivíduos apropriam o mundo que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir, isto é, são teorias sociais práticas (Jodelet, 1989; Moscovici, 1984).

Moscovici estabelece a distinção entre três tipos de representações sociais, em função do seu estágio de desenvolvimento e do seu modo de circulação na sociedade. As representações hegemónicas podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (uma nação, um partido, etc.) e prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas. Por seu turno, as representações emancipadas são o produto da circulação de conhecimento e de ideias de sub-grupos que estão em contacto mais ou menos próximo, em que cada sub-grupo cria as suas próprias versões e partilha-as com os outros. Por último, as representações controversas ou polémicas são geradas no decurso de um conflito social ou luta entre grupos, não sendo partilhadas pela sociedade no conjunto (1988: 221-222).

A compreensão do conteúdo de uma representação exige a sua integração na estrutura social e esta remete para clivagens, diferenciações e relações de dominação (Bourdieu, 1979; Deschamps, 1982). Tais clivagens e diferenciações sociais reflectem-se na construção de diferentes representações sociais de um mesmo objecto.

A perspectiva das representações sociais enfatiza o papel activo dos actores sociais na sua produção e transformação. É necessário, contudo, ter em conta, por um lado, a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes, e por outro, a dinâmica social no seu conjunto. A conjugação destes factores ajuda a compreender as pressões para a hegemonia e a consequente reificação de certas representações sociais.

As relações entre as representações sociais e os processos intergrupais são bastante complexas (Doise, 1992). Alguns autores têm sublinhado a influência das posições assimétricas dos grupos, tanto nos discursos como nas identidades sociais criadas por esses grupos (e.g., Amâncio, 1994; Lorenzi-Cioldi, 2002). Embora todos os indivíduos sejam activos na construção das suas representações, a estrutura social determina que nem todos têm igual margem de liberdade no processo de negociação das representações. Por outro lado, embora as representações estejam em permanente processo de mutação, a apropriação do “novo” segue uma lógica de “conservadorismo” profundamente “sociocêntrica” (Moscovici, 1998: 242).

Memória, narrativas históricas e trajectórias pessoais

Recordar algo é muito mais do que simplesmente reproduzir factos, pois trata-se de um processo de reconstrução selectivo e parcial. Neste trabalho procuramos estudar a memória, não como algo meramente individual, mas como um processo social, que depende das pertenças e redes sociais dos indivíduos.

Vários factores contribuem para o carácter social da memória: o processo de recordar é social, visto que é necessário que haja dicas de contexto que evoquem as recordações; os pontos de referência que cada indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar informação são definidos socialmente; e a memória individual não poderia funcionar sem conceitos, ideias, imagens e representações que são socialmente construídos e partilhados. Ou seja, a memória de cada indivíduo é social no seu conteúdo (factos, personagens, etc.) e no seu processo (codificação, armazenamento e recuperação).

Reconhecer o carácter social da memória não implica pressupor uma uniformidade nas recordações. Cada indivíduo recorda factos diferentes e de um modo diferente e grupos sociais diferentes face a um mesmo acontecimento apresentam provavelmente memórias diferentes (Echabe e Castro, 1998).

As recentes perspectivas sobre a memória social na Psicologia Social resultam do aprofundamento dos estudos pioneiros conduzidos por Halbwachs (1925, 1950), Janet (1928) e Bartlett (1932). Tal aprofundamento passa necessariamente pela articulação entre a teoria da identidade social (Tajfel, 1972) e a teoria das representações sociais (Moscovici, 1988). Os exemplos dessa articulação ainda são escassos, mas começam a dar os seus frutos (e.g., Jodelet, 1992; Laszlo e Farkas, 1997; Licata e Klein, 2005).

Halbwachs (1950/1997) considera a distinção entre diferentes tipos de memória: memória

interna, pessoal ou autobiográfica; memória social ou colectiva; e memória histórica. Segundo o autor, a memória social diferencia-se da memória histórica por ser estruturada em função de uma pertença específica, ao passo que a memória histórica resulta da coexistência de várias memórias colectivas. Na nossa perspectiva, a distinção entre memória interna e externa é desadequada, já que toda a memória é simultaneamente interna e externa.

Segundo Halbwachs (1925/1994), o indivíduo recorda através da palavra, sendo a linguagem, partilhada com os membros do seu grupo, que lhe fornece as categorias através das quais apreende a realidade. Halbwachs (1925/1994) chama a atenção para os “quadros colectivos” da memória, isto é, os instrumentos de que a memória colectiva se serve para recompor uma imagem do passado em consonância com os pensamentos dominantes da sociedade.

Na compreensão dos quadros colectivos da memória é necessário ter em consideração duas coordenadas fundamentais: o *tempo* e o *espaço*. Em relação ao impacto do *tempo*, é preciso ter em conta que, por um lado, as pertenças sociais de cada indivíduo condicionam a sua experiência do tempo e, por outro, os momentos-chave do ciclo individual são socialmente reconhecidos e partilhados.

A outra coordenada fundamental da vida social é o *espaço*. Halbwachs defende a ideia de que “todos os homens de uma mesma civilização” representam o espaço da mesma maneira. Para o autor o espaço constitui um quadro de referência de tal forma poderoso e persistente que se pode dizer que não existe qualquer memória colectiva que não se desenrole num dado quadro espacial. Assim, o autor sublinha a importância da vinculação dos grupos a um espaço: os grupos “estão ligados naturalmente a um lugar, porque é o facto de estarem juntos num dado espaço que permite aos seus membros criar laços sociais” (Halbwachs, 1950/1997: 203). Assim, como salienta Cunha, é “o facto da memória das pessoas que coexistem no espaço e no tempo as transcender que define como campo de estudo a memória social. Esta partilha dos quadros sociais da memória conduz a questão, declaradamente, para o domínio da identidade” (2003: 79).

Por seu turno, Paul Connerton estabelece a distinção entre três tipos de memória: a *memória pessoal* que diz respeito à “história da vida de cada um”; a *memória cognitiva* pela qual os indivíduos recordam o significado de palavras, histórias, etc.; e a *memória-hábito*, que consiste na capacidade de reproduzir determinada acção (1989/1993: 26-27). Na opinião do autor, tem sido dispensada bastante atenção às duas primeiras formas de memória, mas a terceira tem sido bastante ignorada. Tal como é conceptualizada por Connerton, esta memória-hábito remete para os processos de aprendizagem,

através dos quais os indivíduos incorporam valores e crenças que assim se tornam hábitos (Cf: Bourdieu, 1979).

Connerton chama a atenção para a importância da dimensão narrativa na transmissão da memória social. Na sua opinião, “as imagens do passado e o conhecimento recordado do passado são transmitidos e conservados por performances (mais ou menos) rituais” (1989/1993: 48). No seu trabalho o autor analisa detalhadamente duas dimensões específicas do complexo processo de transmissão da memória: as cerimónias comemorativas e as práticas corporais. Estas dimensões ajudam a compreender os mecanismos implicados na conservação social pois ambas contêm “um certo grau de segurança contra o processo de questionamento cumulativo que todas as práticas discursivas acarretam. Esta é a fonte da sua importância e persistência como sistemas mnemónicos” (1989/1993: 124).

Tendo em conta que geralmente as imagens do passado legitimam uma ordem social presente, mas simultaneamente existem expressões de contestação a essa ordem, a memória social pode ser entendida “como um campo de disputa, passando o controlo social e mesmo o exercício do poder, pela capacidade de definir o memorável e o que deve ser esquecido” (Cunha, 2003: 86).

Recapitulando o que foi aqui exposto, podemos considerar que toda memória é social, uma vez que os nossos pensamentos, desejos e emoções, entre outros fenómenos aparentemente internos, são construídos através das práticas linguísticas e reificados pelos processos de comunicação humana (Gergen, 1994). Nesta perspectiva, tão importante quanto entender o que recordamos, é compreender porque e como recordamos determinados acontecimentos e esquecemos outros.

Assim, entendemos a memória como um produto socialmente construído, através dos processos comunicativos, e que reflecte as pertenças e as identidades sociais dos indivíduos assim como as suas trajectórias pessoais, também elas marcadas pelo social. Neste sentido, o estudo da memória histórica torna-se análogo ao estudo das representações sociais da história. Como afirmam Liu e Hilton (2005), a teoria das representações sociais é uma ferramenta fundamental para compreender como as memórias históricas são construídas, como são partilhadas pelos indivíduos e grupos, e quais as suas funções políticas e ideológicas.

Representações sociais da história: estudos comparativos no Brasil e em Portugal

Como referimos, as representações sociais constituem um conceito fundamental para entender o modo como a história é recordada ou esquecida pelos indivíduos em função das suas identidades sociais. As representações sociais da história são como “mapas” das origens e das missões históricas de cada grupo, que estão em permanente renegociação ao longo do tempo, produzindo e reflectindo as mudanças da sociedade (Liu e Hilton, 2005).

O estudo que aqui apresentamos integra um projecto internacional sobre representações sociais da história da humanidade conduzidos por Liu e colaboradores (Liu 1999; Liu *et al.*, 2005) em vários países do mundo (Alemanha, Austrália, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, etc.). O objectivo específico do nosso estudo é analisar as representações sociais da história construídas por jovens brasileiros e portugueses, as emoções associadas a essas representações e o papel da identidade social na sua ancoragem.

Quando nos debruçamos especificamente sobre os grupos nacionais, é necessário ter em conta que cada grupo é heterogéneo, sendo constituído por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes posicionamentos na estrutura social. Neste sentido, alertamos desde já que com este estudo não pretendemos generalizar os resultados à população dos dois países em questão, mas apenas abordar de forma exploratória o impacto das pertenças nas representações da história.

Nesta comunicação examinamos os resultados de um inquérito realizado junto de jovens em dois países, cuja história é marcada por uma longa relação de interdependência: Portugal e Brasil. Em cada país, foram analisadas as representações dos jovens sobre a história da humanidade, em geral, e a história nacional do respectivo país, em particular.

São escassos os trabalhos em psicologia social sobre a memória histórica nestes dois países. No entanto, recentemente, por ocasião das comemorações dos “500 anos do descobrimento do Brasil”, uma equipa de investigadores brasileiros e portugueses desenvolveu um extenso trabalho sobre as memórias dos descobrimentos, usando as mesmas metodologias em ambos os países de modo a tornar os resultados comparáveis (Castro, 2004a). Esta equipa de investigadores analisou não só as “representações sociais vivas” sobre os descobrimentos e os “actores” envolvidos no processo de colonização, junto de brasileiros e portugueses (Möller, Sá e Bezzera, 2004; Sá, Oliveira e Prado, 2004; Vala e Saint-Maurice, 2004), mas também as representações nos manuais escolares de ambos os

países (Oliveira, Lewin e Sá, 2004; Soares e Jesuíno, 2004) e as representações na imprensa brasileira e portuguesa, de 1998 a 2000 (Castro, 2004b; Naiff, Sá e Möller, 2004).

Celso de Sá e colaboradores (2004), demonstram que as representações associadas ao descobrimento do Brasil apresentam um núcleo central muito semelhante para os brasileiros e os portugueses, reflectindo a imagem do “encontro pacífico” transmitida na carta de Pêro Vaz de Caminha: evocam-se os índios, as caravelas, Pedro Álvares Cabral, a praia ou o mar. Também semelhante nos dois países, surge uma “crítica consolidada” que denuncia a escravatura e a exploração das riquezas naturais. No entanto, na amostra brasileira surgem “críticas recentes” de tonalidade muito negativa, fazendo referência à “invasão” e à “conquista”, críticas essas que não são encontradas na amostra portuguesa. Na opinião dos autores, é também apenas em relação ao Brasil que surge uma representação polémica dos descobrimentos, detectada sobretudo em jovens de orientação política de esquerda e que valorizam a identidade latino-americana, na qual o “massacre dos índios” é um elemento central.

Na opinião de Guimarães, os dados obtidos no Brasil por Sá e colaboradores reflectem de certa forma a evolução da historiografia brasileira. Segundo a autora, a fase inicial da historiografia brasileira teve como objectivo dotar o país de um “passado único e coerente”, “em continuidade” com o passado do império ao qual pertencera (2004: 295). Este projecto historiográfico, iniciado no século XVIII, foi-se traduzindo nos manuais escolares durante todo o século XIX. Na segunda metade do século XX a historiografia brasileira passou a dar destaque à colonização enquanto forma de exploração económica. No entanto, nos manuais do ensino básico é ainda a concepção anterior que prevalece, ficando os questionamentos acerca das implicações económicas da colonização reservados para os outros níveis de ensino.

Esta perspectiva de Guimarães é corroborada por Oliveira, Lewin e Sá (2004), numa análise de nove manuais escolares brasileiros. Por seu turno, Soares e Jesuíno (2004), numa análise de seis manuais escolares portugueses, destacam a saliência que é dada nos manuais à esfera económica, sendo os reis e os nobres apresentados como os actores-chave. Pedro Cardim, comentando a análise dos manuais escolares efectuada em ambos os países, salienta as diferenças entre a história que é relatada nos manuais dos dois países. Estas diferenças dizem respeito quer aos temas tratados quer aos protagonistas que recebem maior ou menor destaque. Do conjunto das diferenças o autor destaca um retrato “positivo” de Portugal nos manuais portugueses, inserindo-o num contexto histórico em que é

“protagonista” (2004: 341) enquanto que nos manuais brasileiros a abordagem da colonização é mais crítica. No entanto, em ambos se verificam silenciamentos.

Naiff, Sá e Möller (2004), na sua análise da imprensa brasileira entre 1998 e 2000, demonstram que na primeira metade desse período de três anos, os *navegadores* e os *colonizadores* são praticamente os únicos protagonistas que surgem na imprensa, estando os *índios* e *negros* praticamente ausentes. Porém, no mês das comemorações, Abril de 2000, quase metade das menções a “sujeitos históricos” na imprensa são relativas aos *índios*. Já os *negros* foram os que registaram os níveis mais baixos de menções na imprensa durante todo o tempo de observação, embora se tenha verificado um crescimento durante o ano 2000.

Como salienta Castro (2004a), os resultados discutidos por Naiff e colaboradores revelam claros indícios de uma comemoração que foi “matizada pela polémica”, nomeadamente a preponderância da componente política em detrimento de outras temáticas, no entanto, tais indícios não parecem estar presentes na imprensa portuguesa. Na sua análise da imprensa portuguesa, Castro (2004b) salienta que os *navegadores* foram os protagonistas mais destacados, sendo a componente política menos tratada na imprensa do que as outras componentes das comemorações (cultural, artística e patrimonial).

Na opinião de Vale de Almeida, a positividade com que a colonização e as comemorações foram abordadas em Portugal contrasta com a polémica que existiu no Brasil, polémica essa protagonizada por “segmentos radicalizados ligados às causas dos sectores marginalizados da população brasileira”, que escolheram como “inimigo” já não o “irrelevante” colonizador, mas os seus herdeiros, as elites privilegiadas brasileiras da actualidade (2004: 382). Como salienta Castro, este comentário de Vale de Almeida revela com clareza como se encontram ligados o passado e o presente: “o tempo presente é herdeiro de muitos problemas não resolvidos, muitos deles ‘escondidos’ pela representação hegemónica de uma colonização portuguesa que teria sido mais ‘doce’, universalista e miscigenadora” (2004a: 268)

Möller, Sá e Bezzera (2004), no seu estudo sobre as “representações sociais vivas”, demonstram que os brasileiros reconhecem alguns méritos à colonização, mas reconhecem em maior grau os seus aspectos negativos (por exemplo, “matança dos índios”) do que os portugueses. Demonstram igualmente que os sentimentos associados à colonização são variados no Brasil, enquanto em Portugal se destaca o orgulho e a indiferença.

Por seu turno, Vala e Saint-Maurice, numa análise das representações do processo de colonização e dos actores envolvidos (*colonizadores, índios e escravos africanos*), demonstram que

estas ancoram em princípios identitários. Para os portugueses uma maior identificação nacional resulta numa representação mais diferenciadora dos actores da colonização e numa imagem mais positiva dos colonizadores. Em contrapartida, para os brasileiros uma maior identificação nacional traduz-se numa “imagem mais positiva de todos os actores da colonização”, o que na opinião dos autores reflecte a “função integradora” da identificação nacional no caso dos brasileiros (2004: 393-394). No que respeita às representações da colonização, os autores evidenciam a divergência entre os dois países: a representação brasileira é mais negativa ao passo que a portuguesa corresponde a uma “idealização da colonização”, que se traduz num silenciamento dos seus aspectos negativos (2004: 400).

A este propósito, Sobral sublinha a “persistência entre os portugueses de uma imagem eufemística da colonização portuguesa”, a qual torna pouco visíveis “os efeitos mais brutais da expansão colonial” (2004: 425). Assim, o mito do *luso-tropicalismo* (Freyre, 1933) parece continuar a estruturar as representações do processo colonial em Portugal.

Em relação a este conjunto de investigações que acabámos de apresentar, é necessário salientar que o nosso estudo, apesar de também abordar a memória social em Portugal e no Brasil, apresenta uma metodologia bem diferente. A principal diferença prende-se com o facto de este estudo remeter para a história da humanidade em geral e para a história de cada um dos países em particular, numa condição de baixa saliência das questões coloniais, já que a relação entre os dois países não foi invocada nas instruções dadas aos participantes, nem eram colocadas questões específicas sobre os descobrimentos ou a colonização. Os dados foram recolhidos três anos depois das comemorações do quinto centenário do descobrimento, enquanto os estudos anteriores foram efectuados durante o período das comemorações, em condições de elevada saliência da problemática. Quisemos averiguar, isso sim, se essas questões relativas à história da relação entre os dois países eram abordadas espontaneamente pelos participantes na sua forma de perspectivar a história.

MÉTODO

Como foi referido na introdução, os dados que iremos apresentar foram recolhidos em Portugal e no Brasil. Em ambos os países foram utilizados os mesmos procedimentos de recolha e de tratamento de dados, de modo a permitir análises comparativas. Em Portugal os dados foram recolhidos na Universidade do Minho em Outubro de 2003 e no Brasil foram recolhidos na Universidade Federal da Bahia em Novembro do mesmo ano.

Participaram neste estudo 105 estudantes brasileiros (78 do sexo feminino e 27 do sexo masculino; idade média = 22 anos) e 118 estudantes portugueses (70 do sexo feminino e 48 do sexo masculino; idade média = 21 anos). No total foram inquiridos 223 estudantes universitários, frequentando licenciaturas em Comunicação Social, Gestão, Informática, Psicologia e Sociologia.

A aplicação do questionário foi efectuada colectivamente em sala de aula. Os estudantes foram convidados a participar num estudo internacional sobre história. A página de rosto do questionário explicava aos participantes que o que interessava neste estudo era a sua *opinião* pessoal sobre a história e não o seu nível de conhecimentos.

Na primeira parte do questionário eram colocadas questões sobre a história da humanidade nos últimos mil anos¹ e na segunda parte as questões reportavam-se à história nacional dos respectivos países. As questões da terceira parte eram relativas aos níveis de identificação (nacional, étnica, etc.), terminando o questionário com questões de caracterização sociodemográfica.

Como já mencionámos, o questionário aplicado tinha a mesma estrutura em ambos os países, tendo sido efectuadas pequenas adaptações de linguagem e de conteúdo, em função do pré-teste realizado em cada um dos países. O conteúdo da primeira parte do questionário era exactamente igual para ambos os países pois reportava-se à “história da humanidade” enquanto o conteúdo da segunda parte dizia respeito à “história de Portugal” ou à “história do Brasil”, conforme o local de recolha de dados. Na terceira parte foram efectuadas algumas adaptações no que respeita aos grupos de identificação em função do local de recolha de dados (por exemplo, a identificação com o grupo dos “nordestinos” e dos “baianos” só era medida no Brasil). Apresentada a estrutura e conteúdo do questionário em geral, vamos agora apresentar mais pormenorizadamente as questões colocadas em cada parte do questionário.

História universal. Na primeira parte, pedia-se aos participantes para listarem os “5 acontecimentos” que consideravam mais relevantes na história da humanidade. Uma vez efectuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto (positivo ou negativo) de cada um desses acontecimentos na história da humanidade e finalmente deveriam indicar as emoções que associavam a cada acontecimento. Em seguida, solicitava-se aos participantes para listarem as “5 personalidades” que consideravam terem sido mais relevantes na história da humanidade. Uma vez efectuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto de cada uma das personalidades na história da humanidade e indicar as emoções que associavam a cada personalidade.

História nacional. Na segunda parte do questionário, as questões eram idênticas à primeira parte, mas desta vez relativas aos “5 acontecimentos” e às “5 personalidades” da história nacional dos respectivos países (Brasil ou Portugal). Uma vez evocados 5 acontecimentos nacionais os participantes deveriam avaliar o seu impacto na história nacional e indicar as emoções associadas a cada acontecimento, seguindo-se a evocação de 5 personalidades nacionais, a avaliação do seu impacto e as emoções suscitadas por cada personalidade.

De referir que a evocação de acontecimentos e personalidades era completamente livre, já que não era fornecida qualquer listagem prévia aos participantes. As emoções relativas aos acontecimentos e personalidades foram também recolhidas de forma aberta. Já os níveis de impacto dos acontecimentos e das personalidades foram medidos através de escalas fechadas assim como os níveis de identificação com os grupos. No entanto, os dados obtidos através das escalas fechadas serão apresentados noutra trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de nos focalizarmos nos resultados relativos às representações da história nacional de cada um dos dois países onde ocorreu a recolha de dados, parece-nos pertinente uma breve referência aos resultados sobre a história universal, uma vez que a forma como cada grupo pensa a história universal depende, como veremos, do seu próprio posicionamento. Os resultados obtidos em Portugal e no Brasil vão ser apresentados e discutidos simultaneamente, para facilitar uma análise comparativa.

Por limitações de espaço, nas tabelas de resultados estão indicados apenas os dez acontecimentos ou personalidades considerados mais importantes em cada uma das amostras (*Top10*). No entanto, sempre que se justifique faremos referência ao longo do texto a outros acontecimentos ou personalidades evocados pelos participantes.

De salientar ainda que na designação dos acontecimentos ou personalidades será adoptada a terminologia mais frequentemente referida pelos participantes. Sempre que se justifique poderemos adoptar diferentes designações para o mesmo acontecimento para indicar que este não é designado de forma consensual.

De referir ainda que nas tabelas de resultados são apresentadas as percentagens globais de evocação de cada acontecimento ou personalidade, agrupando os dados das cinco evocações

¹ A primeira parte do questionário foi construída de forma a permitir a comparação com os dados recolhidos noutros estudos

efectuadas por cada participante (recordamos que o questionário solicitava cinco evocações para cada questão: 5 acontecimentos mundiais, 5 personalidades mundiais, 5 acontecimentos nacionais e 5 personalidades nacionais).

Representações da história universal

A Tabela 1 apresenta os dez acontecimentos mais referidos em Portugal e no Brasil. Como podemos constatar, verifica-se uma considerável convergência em ambos os países relativamente aos acontecimentos considerados mais importantes na história da humanidade.

Tanto no Brasil como em Portugal as guerras e conflitos são os acontecimentos mais evocados, com particular destaque para a II Guerra Mundial e a I Guerra Mundial². Este padrão de resultados é semelhante ao encontrado por Liu e colaboradores (Liu, 1999; Liu *et al.*, 2005), em estudos efectuados em diversos países asiáticos e europeus. Também à semelhança dos resultados encontrados noutros países, no Brasil e em Portugal verifica-se uma predominância de eventos políticos face a outro tipo de eventos (científicos, tecnológicos, económicos, etc.).

A influência da globalização e dos meios de comunicação é muito notória nos resultados. Apesar do questionário remeter para os últimos mil anos da história universal, acontecimentos muito recentes, como os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 obtiveram considerável destaque em ambas os grupos (28% dos portugueses e 21,2% dos brasileiros).

Apesar destas convergências nos resultados obtidos com estudantes brasileiros e portugueses, as pertenças nacionais, regionais e étnicas desempenham importante papel na evocação dos acontecimentos da história universal. Tal torna-se particularmente evidente no caso dos “descobrimientos”. De referir que neste caso procedemos a alguns agrupamentos das respostas dos participantes. Assim, a maior parte dos participantes portugueses refere-se aos “descobrimientos portugueses” em geral, sendo muito menores as referências a casos específicos (por exemplo: “descobrimiento do Brasil”; “descobrimiento do caminho marítimo para a Índia”, etc.). No caso dos brasileiros, são predominantes as referências ao “descobrimiento da América” (16%) e às “grandes navegações” (15%), sendo menores as referências específicas ao “descobrimiento do Brasil” (4,8%). De salientar que quando os brasileiros se referem ao “descobrimiento da América” se referem à

internacionais (e.g. Liu, 1999; Liu *et al.*, 2005).

² Verifica-se uma forte associação entre a evocação da II Guerra Mundial e da I Guerra Mundial, sendo que 15% participantes brasileiros e 7,6% referiram esses dois acontecimentos simultaneamente “As duas Guerras Mundiais”.

descoberta do continente americano por Colombo³.

De notar que enquanto os portugueses destacam preferencialmente o agente da acção – os “descobrimientos *portugueses*” –, os brasileiros destacam o alvo da acção – o “descobrimento da *América*” ou o “descobrimento do *Brasil*”. Para os portugueses, os descobrimientos surgem em quarto lugar na listagem dos acontecimentos mais importantes para a humanidade, enquanto que para os brasileiros surgem em quinto lugar (mas apenas quando agrupamos as diversas respostas relativas aos descobrimientos: “descobrimento da América”, “grandes navegações” e “descobrimento do Brasil”).

Para os portugueses, o 25 de Abril de 1974 surge igualmente com lugar de destaque entre os acontecimentos mais importantes na história universal (5º lugar: referido por 24,6 % dos portugueses). Assim, os portugueses destacam dois acontecimentos relativos à sua história nacional no *Top10* da história universal. Em ambos os casos se trata de acontecimentos que envolvem não só a história nacional de Portugal, mas a história de outros grupos, já que estes são os momentos que assinalam o início do império e o seu fim, com o processo de descolonização que se seguiu ao 25 de Abril.

Em contrapartida os brasileiros não colocam nenhum acontecimento da história nacional no *Top10* da história universal. No entanto, alguns acontecimentos marcantes na história nacional recebem claro destaque. Assim, a “independência do Brasil” é referida por 8,6% dos brasileiros e o “descobrimento do Brasil” por 4,8%, como já referimos.

Para os brasileiros, a “abolição da escravatura” está entre os acontecimentos mais importantes na história universal (12º lugar: referido por 11,4% dos participantes). De salientar que as referências a questões relacionadas com os direitos humanos e com a promoção da igualdade (“fim do *Apartheid*”, “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, etc.) são referidas com maior frequência pelos participantes brasileiros do que pelos portugueses. Na interpretação destes dados, é pertinente ter em conta o facto de que os dados brasileiros foram recolhidos na Bahia, estado brasileiro com a maior percentagem de *negros*, o que poderá justificar a elevada saliência das questões ligadas à escravatura.

Verificamos assim que se é inegável a existência de representações hegemónicas sobre a história universal, também é notória a influência do posicionamento dos grupos nacionais nessa história. Assim, neste estudo verificámos que cada grupo nacional atribui grande relevância à sua própria história no contexto da história universal, embora isso se verifique de forma mais notória no caso dos portugueses.

A memória dos acontecimentos está sempre impregnada de emoções que conferem a cada evento

³ Tal facto torna-se particularmente evidente quando analisamos os dados sobre as “personalidades mundiais”: Colombo é

uma conotação particular. Afim de verificarmos quais as emoções que brasileiros e portugueses associam às suas memórias da história da humanidade comparámos as suas respostas relativamente a cada um dos acontecimentos considerados mais relevantes. Os resultados indicam que existe forte semelhança na conotação emocional dos acontecimentos nos dois países. As guerras são sentidas com tristeza, revolta, vergonha e frustração. Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 originam revolta, frustração, perplexidade e medo⁴.

Verificam-se, no entanto, algumas divergências no padrão de resposta de brasileiros e portugueses. Por exemplo, a revolução industrial é vista de forma mais positiva pelos portugueses do que pelos brasileiros: os primeiros mencionam alegria e satisfação enquanto os segundos assinalam orgulho, indiferença e decepção.

As divergências mais consideráveis na conotação emocional dos acontecimentos da história universal registam-se precisamente nos acontecimentos que envolvem a história da relação entre os dois grupos nacionais. Os descobrimentos suscitam nos portugueses emoções positivas (orgulho, alegria, felicidade e fascínio) enquanto que nos brasileiros suscitam sentimentos ambivalentes (decepção, revolta, alegria, admiração).

Estes resultados confirmam outros encontrados na literatura (Liu e Hilton, 2005), demonstrando que a tonalidade emocional de um acontecimento depende das pertenças sociais, políticas, geográficas e económicas dos grupos envolvidos. Depende ainda, da forma como cada grupo de pertença conceptualiza o papel que desempenhou no acontecimento em causa (*agente vs. vítima*, por exemplo).

Paralelamente ao que se verificou relativamente aos acontecimentos, na Tabela 2 podemos constatar uma considerável convergência em ambos os países relativamente às personalidades consideradas mais importantes na história da humanidade, ainda que com algumas divergências.

Hitler surge como o grande *vilão* da história universal, sendo de longe a personalidade mais referida tanto no Brasil como em Portugal, o que reproduz os resultados encontrados nos outros países (Liu *et al.*, 2005). Também à semelhança dos resultados obtidos noutros países, a maior parte das personalidades referidas são governantes, políticos e guerreiros, sendo Einstein o único cientista entre as primeiras dez personalidades.

evocado por 5,7% dos brasileiros, não havendo evocações de Pedro Álvares Cabral.

Tabela 1 - Representações da História Universal: os acontecimentos mais referidos

Portugueses (N=118)		Brasileiros (N=105)	
Acontecimentos	%	Acontecimentos	%
II Guerra Mundial	79,7	II Guerra Mundial	80,6
I Guerra Mundial	58,5	I Guerra Mundial	57,9
11 Setembro 2001	28,0	Revolução Francesa	49,6
Descobrimientos	26,3	Revoluções Industriais	39,4
25 Abril 1974	24,6	Descobrimientos	36,2
Revolução industrial	20,3	11 Setembro 2001	21,2
Ida à Lua	14,4	Queda do Murro de Berlim	19,0
Guerra/Invasão Iraque	11,9	Revoluções socialistas	17,0
Bomba atómica	11,9	Renascença	14,3
Queda do Murro de Berlim	11,0	Guerra Fria	12,4

Nota: % = percentagem de evocação espontânea de determinado acontecimento.

Tabela 2 - Representações da História Universal: as personalidades mais referidas

Portugueses (N=118)		Brasileiros (N=105)	
Personalidades	%	Personalidades	%
Hitler	77,1	Hitler	80,0
João Paulo II	26,3	Gandhi	53,3
Salazar	24,6	G.W. Bush	35,2
Einstein	22,9	Marx	21,9
Madre Teresa Calcutá	18,6	Napoleão	20,0
Mandela	17,0	Mandela	17,1
Bin Laden	16,1	Einstein	16,2
G.W. Bush	16,1	Bin Laden	14,3
S. Hussein	14,4	Che Guevara	14,3
Estaline	10,2	S. Hussein	12,4
Vasco da Gama	10,2	João Paulo II	12,4

Nota: % = percentagem de evocação espontânea de determinada personalidade.

Do conjunto das personalidades mundiais evocadas, a maior parte das personalidades no *Top10* são homens oriundos de países ocidentais (Europa ou Estados Unidos da América), especialmente no

⁴ As emoções suscitadas por cada um dos acontecimentos referidos com maior destaque por cada um dos grupos nacionais ao nível da história universal e da história nacional são apresentadas com maior detalhe noutra trabalho (Lima, Chaves e Cabecinhas, 2005).

caso dos participantes portugueses.

Ambos os grupos destacam João Paulo II (12,4% dos brasileiros e 26,3% dos portugueses) entre as grandes personalidades mundiais. O facto de a Igreja Católica Apostólica Romana ser maioritária em ambos os países contribuiu seguramente para este resultado, tendo João Paulo II efectuado visitas oficiais em ambos os países (3 ao Brasil e 4 a Portugal) durante o seu pontificado. Este destaque é particularmente evidente em Portugal, onde João Paulo II surge como a segunda personalidade mundial⁵.

Foram ainda destacadas outras personalidades envolvidas em causas humanitárias, como Gandhi (referido por 53,3% dos brasileiros e 5% dos portugueses), Mandela (referido por 17,1% dos brasileiros e 17% dos portugueses) e ainda Luther King (referido por 8,6% dos brasileiros e 5% dos portugueses).

Como podemos constatar na Tabela 2, todas as pessoas no *Top10* das personalidades mundiais são homens, à excepção da Madre Teresa de Calcutá, sendo esta referida por 18,6% dos portugueses e 8,6% dos brasileiros. Este padrão de resultados, fortemente androcêntrico, foi também encontrado nos outros países (Liu *et al.*, 2005).

De referir que a percentagem total de evocações de personalidades femininas é muito baixa tanto em Portugal como no Brasil (cerca de 5% do total de evocações), à semelhança do que acontece noutros países. A segunda mulher mais evocada foi Diana de Gales⁶ (*Princesa Diana* para os portugueses 5,6%; *Lady Di* para os brasileiros 2,9%) e a terceira Joana d'Arc (1,7% dos portugueses e 1,9% dos brasileiros). Os portugueses referiram ainda Margaret Thatcher e Marie Curie (ambas com 1,7%).

Se tivermos em conta que a maior parte dos participantes, em ambos os países, são mulheres, este padrão de resultados ilustra os limites de considerar apenas as pertenças grupais na interpretação dos resultados, já que tanto os homens como as mulheres projectam nas suas respostas a internalização de uma ordem social dominante androcêntrica, o que evidencia claramente a dominação simbólica masculina (Amâncio, 1994). No entanto, a influência do grupo de pertença não deixa de ser patente

⁵ Recordamos que os dados foram recolhidos em Outubro de 2003, mês em que se comemoraram os 25 anos do pontificado de João Paulo II, acontecimento que teve grande cobertura mediática em Portugal. Foram organizadas em Portugal diversas actividades comemorativas, com elevados níveis de participação da população. A recência deste acontecimento pode ter aumentado a saliência desta personalidade.

⁶ De referir que Diana é também a segunda mulher mais referida na maior parte dos países onde foi efectuado este estudo. Tal facto demonstra bem o peso dos média na estruturação das memórias colectivas.

nos resultados, já que em ambos os países as escassas referências a personalidades femininas⁷ são efectuadas por mulheres.

Apesar destas convergências de resultados obtidos com estudantes brasileiros e portugueses, mais uma vez é possível observar claramente o impacto das pertenças nacionais, regionais e étnicas na evocação das personalidades da história universal.

Assim, os portugueses colocaram Salazar (24,6%) e Vasco da Gama (10,2%) no *Top10* das personalidades mundiais. Outros portugueses são também considerados personalidades com impacto na história da humanidade, embora com menores percentagens de evocação (por exemplo, Camões, Infante D. Henrique).

Em contrapartida os participantes brasileiros não colocaram nenhuma personalidade nacional no *Top10* das personalidades mundiais, sendo Lula da Silva (6,7%) e Getúlio Vargas (4,8%) as únicas personalidades nacionais a que é dado significativo destaque internacional. Outras personalidades brasileiras são também mencionadas como personalidades mundiais, mas com percentagens de evocação muito baixas (por exemplo: Pélé, Chico Buarque).

A influência da proximidade regional faz-se igualmente notar: Che Cuevara é referido por 14,3% dos brasileiros e Fidel Castro por 9,5%, ultrapassando as referências a Lula da Silva. Estas personalidades da América Latina apresentam percentagens de evocação mais baixas nos dados recolhidos em Portugal (respectivamente: 4,8% e 3,8%).

Embora a influência da proximidade regional seja visível nos resultados, a influência da globalização e dos meios de comunicação é muito mais notória. Acontecimentos muito recentes, como os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 e a invasão do Iraque em 2003, conduziram à grande saliência das personalidades associadas a estes acontecimentos – George W. Bush, Bin Laden e Saddam Hussein - tanto para portugueses como para os brasileiros.

Tal como a memória dos acontecimentos, a evocação das personalidades também está impregnada de emoções. A fim de verificarmos quais as emoções que brasileiros e portugueses associam às suas memórias da história da humanidade comparámos as suas respostas relativamente às personalidades consideradas mais relevantes por ambos os grupos.

Os resultados indicam que existe forte semelhança na conotação emocional associada às personalidades mundiais. Hitler, Bin Laden e Saddam Hussein surgem como os grandes *vilões*, tanto

⁷ As referências à “revolução feminina” ou “emancipação feminina” são também efectuadas pelas mulheres, assim como as referências relativas ao planeamento familiar e contracepção (por exemplo, a “invenção da pílula” só é referida como um dos grandes acontecimentos mundiais pelas mulheres).

para portugueses como para brasileiros, sendo-lhes associadas emoções fortemente negativas: revolta, repulsa, ódio, etc. Os *heróis* consensuais são os que lutaram por causas humanitárias - Mandela, Ghandi e Madre Teresa de Calcutá -, sendo-lhes associadas emoções fortemente positivas: admiração, orgulho e simpatia.

Representações da história nacional

No que respeita aos acontecimentos da história nacional de cada um dos países, Brasil e Portugal, surge novamente um padrão de resultados com convergências e divergências no tipo de memórias históricas evocadas, como podemos constatar na Tabela 3.

Para os participantes brasileiros a Ditadura Militar e os momentos que assinalam o seu início e seu fim são acontecimentos fulcrais. Do mesmo modo, para os portugueses o Estado Novo e, especialmente, o 25 de Abril, que marca o fim da ditadura e a democratização do país, são acontecimentos centrais.

Os acontecimentos que assinalam a independência nacional assumem igualmente um lugar de destaque em ambos os países. Os portugueses referem a Fundação do estado português (1143; quando D. Afonso Henriques, protagoniza a ruptura política com o Reino de Leão e é proclamado Rei) e a Restauração da independência (1640; quando Portugal recupera a independência, após 80 anos de domínio espanhol).

Os brasileiros referem a independência do Brasil (proclamada por D. Pedro I a 7 de Setembro de 1822) e diversas revoltas contra a colonização portuguesa que se registaram nos séculos XVIII e XIX, com especial destaque para as inconfidências mineira e baiana.

A proclamação ou implantação da República é também um acontecimento considerado importante nos dois países. De referir que em ambos os países a data é assinalada com feriado nacional (15 de Novembro de 1889 no Brasil; 5 de Outubro de 1910 em Portugal).

Assim ambos os grupos pensam a história nacional em função de momentos-chave que assinalam a formação da nação e a sua independência. Mas os elementos mais estruturantes parecem ser aqueles que marcam o estabelecimento ou rompimento de uma determinada ordem social dentro do grupo, um *antes* e um *depois* na história do grupo. Para os participantes portugueses o momento que marca o início da nova ordem é o 25 de Abril, sendo a velha ordem representada pelo Estado Novo. Para os brasileiros é o movimento das Eleições Directas, que marca o fim da Ditadura Militar.

Apesar destas convergências, as divergências são também assinaláveis, nomeadamente no que respeita os acontecimentos relacionados com os descobrimentos, o colonialismo e a descolonização.

Os portugueses colocam os descobrimentos como o 2º evento mais importante da sua história nacional (79,7%). Considerando que se trata de um acontecimento bastante remoto, a sua elevada saliência deve-se ao facto de este ser constantemente reatualizado nos manuais escolares e nos média, onde é apresentado como o momento mais “glorioso” da história nacional. A este propósito é de salientar os resultados obtidos por Miranda (2002), em que os jovens portugueses valorizam sobretudo a sua “História” face a outros elementos de comparação com os outros países.

Os acontecimentos relativos ao colonialismo e ao processo de descolonização assumem também um papel central nas evocações dos participantes portugueses. Contrariamente aos descobrimentos, cujo impacto na história nacional é considerado consensualmente positivo, o colonialismo suscita emoções negativas, sendo a Guerra Colonial considerada o acontecimento mais negativo da história nacional, assunto que desenvolvemos com maior detalhe noutro trabalho (Cabecinhas, 2005).

Enquanto que os descobrimentos constituem o 2º evento mais importante na história nacional para os participantes portugueses (79,7%), o “descobrimento do Brasil” constitui o 7º evento mais importante na história nacional para os participantes brasileiros (27,6%). Alguns participantes brasileiros referem-se à “chegada dos portugueses” (7,6%), no entanto, tal designação traduz mais o momento de chegada dos colonos portugueses e não tanto o descobrimento. A “vinda da família real” portuguesa para o Brasil é mencionada por 8,6% dos brasileiros e a “colonização portuguesa” por 5,7%.

A abolição da escravatura é para os participantes brasileiros o 2º evento mais evocado na história do Brasil (45,7%). Fica aqui novamente patente o impacto das identidades nas memórias históricas. Como já referimos, os brasileiros que participaram neste estudo são baianos de Salvador, cidade com a maior proporção de população *negra* do Brasil, de modo que a abolição da escravatura é um evento considerado da máxima importância. Se estes dados tivessem sido recolhidos noutras regiões brasileiras, por exemplo no Sul, este acontecimento histórico muito provavelmente não teria obtido o mesmo destaque.

A análise das emoções associadas a cada acontecimento histórico pelos participantes de ambos os grupos permite confirmar o carácter social da memória e a importância das dinâmicas identitárias. Verifica-se uma confluência ao nível das emoções negativas expressas pelos participantes brasileiros e

portugueses em relação aos regimes ditatoriais que vigoraram durante várias décadas do Século XX em ambos os países.

As revoltas ocorridas no Brasil contra a colonização portuguesa (Inconfidência Mineira; Inconfidência Baiana, etc.) suscitam maioritariamente emoções negativas, no entanto, alguns participantes brasileiros referiram emoções mistas: orgulho, decepção, tristeza. A guerra colonial suscita nos portugueses emoções muito negativas: revolta e frustração. Embora ambos os acontecimentos digam respeito à relação entre colonizadores e colonizados, não se trata porém do mesmo acontecimento. Quando os portugueses mencionam a “guerra colonial” estão a referir-se ao conflito bélico que ocorreu entre 1961 e 1974 entre Portugal e três das ex-colónias africanas (Angola, Guiné Bissau e Moçambique) e não aos conflitos ocorridos no Brasil previamente à conquista da independência.

As divergências de tonalidade emocional tornam-se particularmente evidentes quando analisamos as emoções suscitadas pelos descobrimentos. Os portugueses declaram sentir orgulho, alegria e admiração em relação aos descobrimentos, enquanto que os brasileiros, no caso específico do descobrimento do Brasil, expressam sentimentos ambivalentes, com predomínio de sentimentos negativos: vergonha e revolta.

Quando confrontamos este padrão de resultados com o obtido em relação à história universal, constatamos que enquanto para os participantes portugueses os descobrimentos suscitam emoções fortemente positivas independentemente do enquadramento da evocação deste acontecimento (história universal ou história nacional), os participantes brasileiros expressam emoções mais negativas quando evocam os descobrimentos no contexto da história nacional do que no contexto da história universal. Este padrão de resultados poderá dever-se ao facto do contexto nacional poder conduzir a maior activação das “críticas recentes” (Vale de Almeida, 2004) do que o contexto mundial.

Tabela 3 - Representações da História Nacional: os acontecimentos mais referidos

Portugueses (N=118)		Brasileiros (N=105)	
Acontecimentos	%	Acontecimentos	%
25 Abril 1974	80,5	Ditadura Militar	72,4
Descobrimientos	79,7	Abolição da escravatura	45,7
Implantação da República	41,5	Independência do Brasil	41,0
Adesão à União Europeia	36,4	Redemocratização	40,0
Salazarismo/Estado Novo	30,0	Impedimento Governo Collor	39,0
Fundação	20,3	Eleição Lula da Silva	29,6
Colonialismo	16,1	Descobrimiento do Brasil	27,6
Descolonização	16,1	Proclamação da República	22,9
Restauração	11,0	Revolta de Canudos	14,3
Expo98	10,2	Inconfidência Baiana	12,9
Guerra Colonial	10,2	Inconfidência Mineira	12,9

Nota: % = percentagem de evocação espontânea de determinado acontecimento.

Tabela 4 - Representações da História Nacional: as personalidades mais referidas

Portugueses (N=118)		Brasileiros (N=105)	
Personalidades	%	Personalidades	%
Salazar	77,1	Getúlio Vargas	65,7
Mário Soares	50,3	Pedro I	53,3
Afonso Henriques	44,9	Collor de Mello	40,0
Camões	35,6	Lula da Silva	29,5
Vasco da Gama	25,7	Zumbi	21,0
Fernando Pessoa	21,4	Tiradentes	19,1
Cavaco Silva	18,8	António Conselheiro	16,2
Amália Rodrigues	15,4	Pedro Álvares Cabral	15,2
Sá Carneiro	8,6	Pedro II	14,3
Eusébio	8,5	Irmã Dulce	11,4
Luís Figo	8,5	Princesa Isabel	11,4
Pedro Álvares Cabral	8,5	Betinho	10,5

Nota: % = percentagem de evocação espontânea de determinada personalidade.

Paralelamente ao que se verificou relativamente aos acontecimentos nacionais, na Tabela 4 podemos constatar consideráveis convergências em ambos os países relativamente ao tipo de personalidades consideradas mais importantes na história nacional, mas neste caso as divergências ganham maior destaque.

Ambos os grupos de participantes colocam no topo das personalidades nacionais um *ditador*: António Oliveira Salazar (1889-1968) para os portugueses e Getúlio Vargas (1883-1954) para os brasileiros, sendo ambos protagonistas do Estado Novo nos respectivos países.

No caso dos portugueses, Salazar é a única personalidade colocada no *Top10* cujo impacto na história nacional foi considerado negativo, sendo atribuído às restantes personalidades um impacto positivo, com particular destaque para Camões, Eusébio, Afonso Henriques e Vasco da Gama. No caso dos brasileiros, surgem no *Top10* mais personalidades com tonalidade emocional ambivalente ou claramente negativa, como é o caso de Collor de Mello.

Na listagem portuguesa os políticos estão em maioria, embora seja também dado lugar de destaque a poetas (Camões, Fernando Pessoa), navegadores (Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral) e a futebolistas (Eusébio e Luís Figo). Na listagem brasileira os políticos constituem igualmente a maioria, sendo dado enorme relevo às personalidades associadas à proclamação da independência do Brasil (Pedro I) e às diversas revoltas anti-coloniais (Tiradentes, Zumbi), assim como aos líderes de várias causas sociais, como a abolição da escravatura (Princesa Isabel) e a luta contra a pobreza (António Conselheiro, Betinho e Irmã Dulce), assim como a luta contra a Sida (Betinho, ou seja, o sociólogo Herbert de Souza).

Não surpreendentemente, a única personalidade que figura no *Top10* para ambos os grupos é Pedro Álvares de Cabral: 8,5% dos portugueses e 15,2% dos brasileiros consideram-no como uma das grandes personalidades da história nacional. Será que as emoções associadas a esta personagem são idênticas para ambos os grupos? As análises efectuadas demonstram que para os portugueses Pedro Álvares de Cabral suscita emoções fortemente positivas (admiração e orgulho) enquanto que para os brasileiros suscita “indiferença”. Este padrão de resultados é curioso, já que a maior parte das personalidades evocadas suscitam emoções intensas, ou muito negativas (revolta, repulsa) ou muito positivas (admiração, orgulho), sendo precisamente esse forte impacto emocional que contribui para a saliência da personalidade em causa. Ora, neste caso a proporção dos brasileiros que referem Pedro Álvares de Cabral é o dobro da dos portugueses, mas a única emoção declarada pelos brasileiros é a

“indiferença”.

Entre as personalidades nacionais destacadas pelos jovens brasileiros, encontram-se, como já referimos, duas personalidades envolvidas nas lutas anti-coloniais. Tiradentes (José Joaquim da Silva Xavier; 1746-1792), herói associado à Inconfidência Mineira, símbolo da luta pela independência do Brasil e homenageado em feriado nacional, a 21 de Abril. A 20 de Novembro comemora-se o dia da “consciência negra”, dia de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares (1655-1695), “libertador de escravos”. Ambos sofreram uma morte trágica, um degolado outro esquartejado e exibido em praça pública (www.vidaslusofonas.pt).

Mais uma vez, o facto dos resultados terem sido recolhidos na Bahia poderá ter contribuído para o grande destaque dado a Zumbi dos Palmares relativamente a outras personalidades. Praticamente desconhecido em Portugal, Zumbi dos Palmares foi recentemente revitalizado como figura histórica no Brasil, pelos movimentos de afirmação étnica.

No total, as referências a personalidades nacionais femininas são muito baixas em ambos os países, não ultrapassando 5% do total de evocações. Este padrão de resultados, fortemente androcêntrico, é semelhante ao que foi encontrado relativamente à história universal. Em Portugal apenas uma mulher é colocada entre as dez mais importantes personalidades nacionais: a fadista Amália Rodrigues (1920-1999). No Brasil, duas personalidades nacionais femininas são destacadas: a Princesa Isabel (1846-1921) e a Irmã Dulce (1914-1992), religiosa baiana que se destacou na luta contra a pobreza e cujo processo de beatificação decorre desde 2001.

Para além da Irmã Dulce e a Princesa Isabel (ambas com 11,4%), os participantes brasileiros referem ainda com grande destaque outra personalidade feminina: Maria Quitéria (7,4%). O destaque destas personalidades femininas poderá novamente dever-se ao facto dos dados brasileiros terem sido recolhidos em Salvador da Bahia, já que a Princesa Isabel está associada à abolição da escravatura no Brasil (13 de Maio de 1888) e Maria Quitéria é uma heroína baiana (1792-1853), mulher-soldado, associada à conquista da independência do Brasil.

Relativamente aos dados portugueses, a fadista Amália Rodrigues (15,4%) surge em claro destaque, sendo as referências a outras personalidades femininas muito esporádicas: Manuela Ferreira Leite (ex-ministra da Finanças) e Rosa Mota (campeã olímpica) são as personalidades femininas vivas mais evocadas, obtendo ambas 1,7% das evocações, tantas quanto a mítica Padeira de Aljubarrota (Brites de Almeida, que segundo a lenda terá contribuído para a vitória dos portugueses na Batalha de Aljubarrota, ao matar sete espanhóis escondidos no seu forno com a pá).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objectivo principal deste trabalho foi analisar o papel das pertenças nacionais na estruturação das memórias históricas de jovens brasileiros e portugueses. Os resultados encontrados evidenciam que as memórias históricas possuem elementos de consenso e de conflito.

Ao recordar a história da humanidade, os participantes de ambos os países evocaram um núcleo comum de acontecimentos e personalidades históricas, mas também acontecimentos e personalidades específicos das suas histórias nacionais, o que verificou sobretudo com os portugueses.

Apesar de os participantes terem sido chamados a pronunciar-se sobre os últimos mil anos da história da humanidade, verificou-se uma grande focalização no passado recente (sobretudo na história do século XX). Os acontecimentos e personalidades evocados reflectem a grande influência dos meios de comunicação social e do processo de globalização, registando-se imensas semelhanças com os resultados obtidos em outros países (Liu *et al.*, 2005). Os temas predominantes são de natureza bélica e política - guerras, revoluções, terrorismo – em detrimento de problemáticas económicas, tecnológicas e ambientais, por exemplo.

Verifica-se uma focalização nos acontecimentos e personalidades com forte impacto emocional, seja ele positivo ou negativo. No que respeita as “personalidades”, é dado enorme destaque aos *heróis* (líderes de causas humanitárias), mas também aos *vilões* (ditadores, terroristas).

Em ambos os países se verifica um esquecimento das personagens femininas. As personalidades consideradas mais importantes são na sua esmagadora maioria homens, brancos e cristãos, oriundos de países ocidentais (América do Norte e Europa), especialmente no caso dos dados portugueses.

Nos dois países os grandes conflitos bélicos que marcaram a história do século XX e os atentados terroristas ocorridos no início do século XXI originaram o mesmo tipo de emoções negativas. Ao passo que os eventos e as personalidades relacionados com a promoção da igualdade e dos direitos humanos desencadeiam emoções positivas nos participantes de ambos os países. Em contrapartida, os acontecimentos e personalidades que marcaram a história da relação entre os dois países foram sentidos de modo diverso ao nível dos afectos, como aconteceu no caso dos descobrimentos e da colonização. Os participantes portugueses associam consensualmente emoções positivas aos descobrimentos enquanto que nos brasileiros as emoções são mais ambivalentes.

No que respeita às representações da história nacional, os participantes de ambos os países dão enorme destaque aos regimes ditatoriais que marcaram a história do século XX nos respectivos países,

evocando os momentos que assinalaram o início e o fim desses regimes. No caso português, o 25 de Abril de 1974, que marca o fim da ditadura e o início do processo democrático é considerado o acontecimento mais importante. O 25 de Abril marca o início de uma nova ordem a nível interno, mas também a nível externo, com o fim do ciclo colonial e o desfazer do império.

Os participantes de ambos os países dão enorme destaque aos momentos que assinalam a formação da nação e as lutas pela independência. Os portugueses referem a fundação da nação e a restauração da independência face a Espanha, enquanto os brasileiros se focalizam na declaração de independência do Brasil e nas lutas contra o colonialismo português.

Para os portugueses os ‘descobrimientos’ são associados a emoções positivas independentemente do contexto (história universal ou história nacional) enquanto que os brasileiros associam aos ‘descobrimientos’ emoções mais negativas quando pensam na história nacional do que quando pensam na história universal. Como foi referido anteriormente, este padrão de resultados pode dever-se à maior probabilidade de activação cognitiva das “críticas recentes” introduzidas pelos movimentos de afirmação étnica (Cf: Vale de Almeida, 2004).

Os participantes portugueses parecem efectuar uma dissociação entre os “descobrimientos”, aos quais associam emoções muito positivas, e a “colonização”, à qual associam maioritariamente emoções negativas. No entanto, tal não acontece com os brasileiros: o padrão de emoções torna evidente a forte associação entre os “descobrimientos” e “colonização”, tendo ambos uma tonalidade emocional negativa.

De uma maneira geral, os nossos resultados estão em consonância com os obtidos em estudos anteriores sobre as representações do descobrimento e da colonização do Brasil (e.g., Sá e colaboradores, 2004; Vala e Saint-Maurice, 2004). Tal como foi salientado por estes autores, os descobrimientos suscitam emoções consensualmente positivas nos portugueses, denunciando a persistência da idealização deste período da história de Portugal.

No entanto, verificam-se também algumas divergências. Os nossos resultados evidenciam não uma “idealização da colonização”, mas uma “idealização dos descobrimientos”, dos quais são desligados os efeitos nefastos da colonização. Ao evocarem espontaneamente a “colonização” os participantes portugueses, tal como os brasileiros, associam a esse acontecimento, sobretudo, emoções de tonalidade negativa. Já ao evocar os “descobrimientos” associam orgulho, felicidade e fascínio, focalizando-se no carácter empreendedor e aventureiro das viagens efectuadas pelos navegadores portugueses.

É necessário, no entanto, ter em conta que os estudos anteriormente referidos foram efectuados com amostras representativas da população brasileira e portuguesa, enquanto o que no nosso estudo participaram somente estudantes universitários, o que limita a comparabilidade dos resultados e a sua generalização.

Paralelamente ao que se verificou nas evocações da história universal, os dados evidenciam também o silenciamento do papel das mulheres e outras minorias sociais na história nacional. No entanto, no caso dos brasileiros é dado claro destaque aos heróis e heroínas que lutaram pela promoção da igualdade e dos direitos humanos em geral e dos negros em particular.

De um modo geral, os resultados encontrados neste estudo confirmam amplamente aos pressupostos adoptados de que a memória se constrói e se expressa socialmente, de tal maneira que tanto a codificação, quanto o armazenamento e a recuperação das informações são produtos das relações sociais dos indivíduos e grupos.

Embora tenhamos recolhido dados que nos permitem analisar os padrões de identificação dos participantes com diversos grupos (nacionais, supranacionais, étnicos, etc.) e averiguar a relação entre os padrões de identificação dos participantes e a vivência emocional das memórias históricas, essa é uma análise complexa que ainda estamos longe de concluir. Com base em análises complementares dos dados já recolhidos e também com a recolha de novos dados, pretendemos explorar de forma mais sistemática o papel da identidade social na estruturação da memória social.

Neste trabalho efectuámos apenas comparações em função das pertenças nacionais. A sua continuidade exige o aprofundamento das questões regionais e geracionais. Como já referimos, neste estudo participaram apenas jovens, cujos dados não podem ser extrapolados para a população em geral.

Na interpretação dos dados que aqui apresentamos não podemos esquecer que estes são o fruto de um determinado momento histórico: os dados foram recolhidos num dado “espaço” e num dado “tempo” e esses elementos, como salientou Halbwachs, são fundamentais na estruturação das memórias colectivas.

Os nossos resultados espelham algumas representações hegemónicas sobre a história, que se traduzem em imagens do passado que legitimam a ordem social presente, mas também evidenciam de forma clara expressões da memória social como um “campo de disputa” entre grupos.

Referências bibliográficas

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Berger, P. L., e Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality*. Garden City, NY: Doubleday.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction*. Paris: Minuit.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e memória social: estudos comparativos em Portugal e Timor-Leste. In: M. Moisés, H. Sousa & R. Cabecinhas (Org.). *Comunicação e Lusofonia*. Porto: Campo das Letras.
- Cardim, P. (2004). O ensino da história em tempos pós-coloniais: comentário às análises dos manuais de história portugueses e brasileiros. *Psicologia*, XVII (2), 339-348.
- Castro, P. (2004a). Hegemonia e polémica na memória social do descobrimento do Brasil: apresentação. *Psicologia*, XVII (2), 259-273.
- Castro, P. (2004b). O descobrimento do Brasil na imprensa portuguesa: uma vontade de futuro. *Psicologia*, XVII (2), 363-380.
- Codol, J.P. (1982). *Cognitive analysis of social behavior*. Londres: Martinus Nijhoff Publishers.
- Connerton, P. (1989/1993). *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta.
- Cunha, L. (2003). *Entre espaço e representação: Comunidade e memória social*. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Deschamps, J-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In: H. Tajfel (Ed.) *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales, *Bulletin de Psychologie*, XLV (405), 189-195.
- Echabe, A.E., & Castro, J.L.G. (1998). Social memory: macropsychological aspects. In U. Flick (Ed.), *The Psychology of the Social*, pp. 91-106. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freyre, G. (1933). *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Gergen, K. (1994). *Towards transformation in social knowledge*. Londres: SAGE.
- Guimarães, M. L. (2004) As circunstâncias históricas e a construção da memória social do descobrimento do Brasil. *Psicologia*, XVII (2), 393-300.
- Halbwachs, M. (1925/1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.
- Halbwachs, M. (1950/1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel.
- Janet, P. (1928). *L'évolution de la mémoire et de la notion de temps. Compte rendu integral des conférences faites en 1929 au college de France*. Paris: Société Pierre Janet.
- Jodelet, D. (1989). Les Représentations sociales: un domaine en expansion. In: D. Jodelet (ed.), *Les représentations Sociales*, Paris, PUF.
- Jodelet, D. (1992). Mémoire de masse: le côté morale et affective de l'histoire. *Bulletin de Psychologie*. 405; XLV: 239-256.
- Laszlo, J., e Farkas, A. (1997). Central-Eastern European collective experiences. *Journal of Community and Applied Social Psychology*. 7: 77-87.
- Licata, L., e Klein, O. (2005). Regards croisés sur un passé commun: anciens colonisés et anciens coloniaux face à l'action belge au Congo. In : M. Sanchez-Maza & L. Licata (Eds.). *L'Autre: Regards psychosociaux*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Lima, M.E., Chaves, A.M., e Cabecinhas, R. (2005). Identidade social e representações sociais da História no Brasil e em Portugal. *Actas da IV Jornada Internacional sobre Representações Sociais*. Universidade João Pessoa.
- Liu, J.H., e Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44, 537-556.
- Liu, J.H. (1999). Social representations of history: Preliminary notes on content and consequences around the Pacific Rim. *International Journal of Intercultural Relations*, 23, 215-236.
- Liu, J.H., Goldstein-Hawes, R., Hilton, D.J., Huang, L.L., Gastardo-Conaco, C., Dresler-Hawke, E., Pittolo, F., Y.-Y., Hong, F., Ward, C., Abraham, S., Kashima, Y., Kashima, E., Ohashi, M., Yuki, M., & Hidaka, Y. (2005). Social representation of events in world history across 12 cultures. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 36, 171-191.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés Collections et agrégats*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

- Miranda, J. (2002). *Identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre os Portugueses e os Outros*. Oeiras: Celta.
- Möller, R.C., Sá, C.P., Bezerra, F.C.C. (2004). Representações sociais vivas do descobrimento do Brasil: a memória social atualizada de brasileiros e portugueses. *Psicologia*, XVII (2), 405-417.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In: J. P. Forgas (ed.), *Social Cognition - Perspectives on Everyday understanding*, London, Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The phenomena of social representations. In R.M. Farr e S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. In U. Flick (Ed.). *The Psychology of the social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- Naiff, D. G., Sá, C.P., e Möller, R.C., (2004). O descobrimento do Brasil na imprensa diária brasileira: a actualização gradativa da memória social. *Psicologia*, XVII (2), 349-361.
- Oliveira, D.O., Lewin, M.C., e Sá, C.P. (2004) A memória primordial do descobrimento do Brasil: análise dos manuais brasileiros de história. *Psicologia*, XVII (2), 301-319.
- Sá, C.P., Oliveira, D.O., e Prado, L.A. (2004). As memórias colectivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações brasileira. *Psicologia*, XVII (2), 275-291.
- Soares, C., e Jesuíno, J.C. (2004). Memória social e representações sobre o descobrimento do Brasil: análise dos manuais portugueses de história. *Psicologia*, XVII (2), 321-337.
- Sobral, J.M. (2004). (Des)encontros das memórias: breve comentário ao encontro “O Descobrimento do Brasil, Quinhentos Anos Depois: Memória social e representações de portugueses e brasileiros. *Psicologia*, XVII (2), 419-427.
- Tajfel, H. (1972) "La catégorisation sociale". In: S. Moscovici (ed) *Introduction à la Psychologie Sociale*, Vol. 1, Larousse Université.
- Tajfel, H. (1982). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In Vários (Eds.). *Mudança Social e Psicologia Social* (pp.13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Vala, J. e Saint-Maurice, A. (2004). Representações sociais sobre o descobrimento do Brasil: os actores e a colonização. *Psicologia*, XVII (2), 385-404.
- Vale de Almeida, M. (2004). Comemoração, nostalgia imperial e tensão social – o desentendimento Portugal – Brasil: comentário às análises de imprensa. *Psicologia*, XVII (2), 381-384.